

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 488 - Brasília, segunda-feira, 23 de junho de 1997



As comissões permanentes do Senado tiveram agenda movimentada na semana que passou: apreciaram 21 matérias, das quais 11 foram aprovadas em caráter terminativo. A discussão do substitutivo do senador Beni Veras à reforma da Previdência foi o assunto de destaque. A proposta recebeu 170 emendas, que estão sendo analisadas pelo relator. Página 6

Senadores buscam modelo justo para a Previdência

Em debate no plenário, Roberto Freire, Geraldo Melo e Bernardo Cabral analisam os rumos da reforma proposta pelo governo. Antonio Carlos Magalhães destaca necessidade de união para que se modernize o país

NESTA EDIÇÃO

Celso de Mello fala na CCJ

O presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, fala amanhã sobre a proposta do senador Ronaldo Cunha Lima que estabelece efeito vinculante para as decisões sumuladas do STF. Será a partir das 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Página 2

Jefferson aponta risco de desastre ecológico

Sem qualquer "sentimento de xenofobia", o senador Jefferson Peres alertou para a necessidade de se adotar cautela com o ingresso de multinacionais na exploração de madeira na Amazônia. Ele teme que se reproduza no Brasil o "desastre ecológico que essas madeiras provocaram em algumas regiões do sudeste asiático". O senador afirmou que uma dessas madeiras adquiriu há dois anos uma reserva de mais de um milhão de hectares, cuja extensão é comparável à do Líbano. Página 8

1 Benedita vê em risco autonomia de universidades

Razão é a dificuldade criada pelo governo para pagar reajuste obtido por servidores na Justiça. Página 3

2 Osmar propõe multa menor em tributos federais

Projeto do senador prevê multa e juros aplicados diariamente sobre o montante do débito. Página 3

A reforma da Previdência dominou os debates em plenário na sessão de sexta-feira. Roberto Freire sugeriu que o Senado discuta a adoção de um sistema unificado de contribuições e benefícios de dez vezes o piso atual. Geraldo Melo advertiu que as pessoas são mais importantes que o Estado. Bernardo Cabral reiterou a defesa do direito de paridade entre os servidores da ativa e os aposentados. Já o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que as divergências entre os partidos aliados devem ser secundárias em relação aos interesses do país. Páginas 4 e 5

Proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima será debatida na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a partir das 10h, pelo presidente do Supremo, ministro José Celso de Mello Filho

STF explica efeito vinculante amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebe amanhã, às 10h, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, para ouvi-lo sobre a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que estabelece efeito vinculante para decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal (STF). A CCJ já ouviu sobre o assunto o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e o minis-

tro Sepúlveda Pertence, então presidente do STF.

Também amanhã às 10h se reunirá a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), para ouvir o ministro extraordinário de Política Fundiária acerca do projeto de lei do Senado que cria o Fundo de Terras, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC).

Na mesma reunião, serão apreciados outros projetos, destacando-se o que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Pla-

no de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual.

A CAE apreciará, ainda, a mensagem sobre o contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e ofício que encaminha solicitação da prefeitura de Coronel Bastos (RS) para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61 mil, destinada à construção de unidades habitacionais.

Plenário analisa emissão de Letras

O plenário do Senado discute amanhã, em turno único, o projeto de resolução que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFTMG), cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 97.

Discutirá, ainda, na mesma sessão, dois projetos de lei da Câmara: um que dis-

põe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos; e outro que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dando permissão para que o empregado deixe de comparecer ao serviço se estiver prestando vestibular. E na quarta-feira, a partir das 14h30, apreciará projetos de resolução de autoria da Mesa Diretora do Senado, que tramitam juntos por versarem sobre o mesmo assunto: ambos tratam de estabelecer a composição e a infra-estrutura dos gabinetes do Senado Federal.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

ESPECIAL

15h - Seminário: Mercosul: Introdução e novos desenvolvimentos

Pauta: Palestra sobre o Mercosul: antecedentes, criação e consolidação, pela consultora legislativa do Senado Maria Cláudia Drummond. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (24.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 114/95, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos; e do "PLC nº 45/96, que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (permissão para que o empregado deixe de comparecer ao serviço se estiver prestando vestibular).

Quarta-feira (25.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 204/93, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 6054/49, que dispõe sobre repouso semanal remunerado; "Projeto de Resolução nº 42/97, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos gabinetes do Senado Federal (transmitindo em conjunto com o Projeto de Resolução nº 119/95); e "Projeto de Resolução nº 119/95, que dispõe sobre os gabinetes dos senadores.

Quinta-feira (26.06.97)

11h - Sessão especial em homenagem à memória do orador e escritor Padre Antônio Vieira, pela passagem dos 300 anos de sua morte, a completar-se dia 18 de julho.

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 1/97, que altera dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, e institui Plano de Custeio; e "PLS nº 157/96 - Complementar, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona.

Sexta-feira (27.06.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (24.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Exposição do presidente do Supremo Tribunal Fe-

deral, José Celso de Mello Filho, sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Apreciação das seguintes matérias:

"PLC nº 71/96 (não terminativa), que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual;

"Mensagem nº 109/97 (não terminativa), que submete à apreciação do Senado Federal o contrato celebrado em 10.06.97 entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Ofício "S" nº 106/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura municipal de Coronel Bastos (RS) para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61,355 mil, destinada à construção de unidades habitacionais.

2ª parte: Exposição do ministro extraordinário de Política Fundiária, acerca da instrução do PLS nº 25/97, que cria o Fundo de Terras e apreciação do citado PLS, em caráter não terminativo.

ESPECIAL

15h - Seminário: Mercosul: Introdução e novos desenvolvimentos

Pauta: Palestra: Mercosul: desdobramentos e perspectivas. Expositor: chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, ministro Renato Marques. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quarta-feira (25.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; "PLS nº 310/95, que altera dispositivos da Lei nº 9.112/95, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados; "PLS nº 11/96, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas; e "PLS nº 119/96, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé; "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Projeto fixa taxa diária, limitando o montante a 10% do valor do débito. Senador entende que não se justificam os elevados percentuais cobrados pelos atrasos de obrigações tributárias, como impostos e contribuições sociais

Osmar reduz multas e juros de tributos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou sexta-feira projeto de lei alterando dispositivos da Lei nº 9.430/96 e modificando a sistemática de cobrança de multas e juros moratórios em débitos com a União. A proposta abrange os débitos decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Receita Federal, até agora não incluídos na regra geral que reduz a 2% a multa de mora.

O projeto fixa uma multa de 0,067% por dia de atraso, limitado o total a 10%. Sobre



Osmar baseou seu projeto na estabilidade da moeda depois do real

o montante ainda incidem juros calculados à taxa de 0,033% ao dia, nos primeiros 30 dias posteriores ao venci-

mento do prazo, e 0,067% ao dia, após o trigésimo dia posterior ao vencimento.

Na justificativa, Osmar

Dias argumentou que, com a estabilização da moeda, não mais se justificam os "elevadíssimos percentuais atribuídos às multas e juros moratórios, mesmo quando relativos ao atraso no pagamento de obrigações tributárias, tais como impostos e contribuições".

O senador observou que, já em agosto de 1996, a Lei nº 9.298 fixou em 2%, no máximo, a multa de mora decorrente do inadimplemento de contratos sobre crédito ou concessão de financiamento.

Tal medida, a seu ver, reveste-se de um inegável aspecto de justiça.

- Todavia, o governo federal não tem mostrado nenhuma disposição em diminuir os encargos relativos à inadimplência quando se trata do contribuinte de qualquer tributo ou contribuição social arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal. Tanto é assim que, com a edição da Lei nº 9.430, manteve as multas e juros moratórios com índices elevadíssimos - frisou.



A senadora disse que a UFRJ precisaria, para se manter, do dobro de recursos de que dispõe

Benedita acusa governo de ferir autonomia universitária

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse sexta-feira que o governo federal fere a autonomia das universidades ao dificultar o pagamento dos 28,86% ganhos por servidores públicos no Supremo Tribunal Federal. Ela pediu a revogação da portaria do Ministério da Fazenda que determina a utilização de recursos do orçamento de custeio para o atendimento dessa sentença judicial.

Conforme Benedita, esses recursos são minimamente suficientes para manter as universidades em funcio-

namento e, se utilizados para outros fins, conduziram à paralisação das atividades acadêmicas. Como exemplo, disse que a UFRJ tem R\$ 19 milhões para custeio, manutenção do campus, compra de material e pagamento de luz, gás e telefone, quando deveria ter, no mínimo, o dobro.

- Com este orçamento, não sobra verba para investimento em recursos humanos que permita à UFRJ manter seus quadros, pois são 300 a 400 professores que se aposentam, por ano, na universidade - disse.

Na opinião da senadora, ao impor restrições ao pagamento do reajuste de 28,86%, o governo fere a autonomia universitária.

De acordo com Benedita da Silva, a atitude do governo caracteriza uma forma de intervenção que descumprir o artigo 207 da Constituição, o qual garante a autonomia didático-científica, administrativa e financeira das universidades.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) disse que as universidades brasileiras estão enfrentando séria deficiência de capital humano.

SALÁRIO MÍNIMO

Lauro vincula valor ao que ganha o presidente

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto de lei que unifica nacionalmente o valor do salário mínimo em 1/60 avos da remuneração mensal bruta fixada para o presidente da República, a partir de janeiro de 1999, e em 1/50 avos a partir de 1º de janeiro do ano 2000.

Na justificativa da proposta, o senador argumentou que não há limite para a relação entre o maior e o menor salário no Brasil, enquanto o valor da remuneração do presidente é 70,83 vezes maior do que o fixado para o salário mínimo.

- Com o projeto, pretendo que o Congresso Nacional não apenas priorize a discussão em

torno do teto de remuneração na administração pública, mas também o debate sobre alternativas de elevação sustentável do valor do salário mínimo - disse Lauro Campos, para quem, "até por uma razão simbólica, entendemos que não se pode reajustar o valor da maior remuneração no âmbito do Poder Executivo e manter inalterado o valor do salário mínimo".

Para o senador, "ao fixar o valor do salário mínimo em 1/60 avos ficará explícita a grande desproporção remuneratória existente no Brasil e a necessidade de reduzir essa diferença".



Lauro defende redução na diferença entre salários no Brasil

REFORMAS



O Senado deve discutir a adoção de um sistema unificado de contribuições e benefícios de dez vezes o piso atual, segundo Roberto Freire. Já Antonio Carlos Magalhães ressalta que as divergências na base de sustentação são secundárias em relação aos objetivos do governo Fernando Henrique

Freire cobra debate sobre Previdência

O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu sexta-feira que o Senado discuta, no âmbito da reforma previdenciária, a adoção de um sistema unificado de contribuições e benefícios de dez vezes o piso atual, visando igualar todos os trabalhadores, conforme proposta de emenda constitucional substitutiva que apresentou e foi acatada, em parte, no relatório do senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da proposta do Executivo já aprovada na Câmara dos Deputados.

O substitutivo não contemplou esse dispositivo, que, de acordo com Freire, pretende acabar com a "imprevidência no país". Segundo o líder do PPS, a discussão da matéria no Senado é voltada apenas para direitos e garantias relativas ao funcionalismo público, "quando 90% dos trabalhadores estão esquecidos pelo Estado".

Roberto Freire disse que a proposta de sua iniciativa de-



Roberto Freire sugere mudança que não deixe margem a leis complementares

finiria a "verdadeira reforma da Previdência" que o governo pretende aprovar no Congresso, completando o substitutivo de Beni Veras e não deixando margem a leis com-

plementares, "porque determina também a criação de previdência complementar, privada ou pública, necessariamente de capitalização e de caráter facultativo".

Ele afirmou que não houve "discussão estrutural" sobre a reforma até o momento, ressaltando que a reflexão sobre a socialização na Previdência é necessária, independente-

mente dos conflitos ideológicos dos partidos políticos que dominam o governo federal ou até da disputa por cargos no setor. Freire esclareceu que sua proposta, "relativamente parecida" com a do Executivo, acaba com as aposentadorias especiais e dá ao trabalhador, independente de renda, os mesmos direitos e garantias, frisou.

- Chegou o momento de exercermos plenamente as nossas prerrogativas, iniciando aqui, pelo Senado, uma discussão séria sobre a Previdência Social. A nossa emenda resgata a proposta original anunciada, inclusive, pelo presidente da República, definindo gestão, limites de contribuições e benefícios, aposentadorias, atividades insalubres e outras garantias. Ela não é de oposição nem é de governo e pode se transformar a partir das contribuições e aprimoramentos que certamente advirão dos senadores - acrescentou.

Para ACM, aliança garante modernização

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse sexta-feira, em entrevista à imprensa, que as divergências entre os partidos que dão sustentação ao governo podem existir, mas elas devem ser secundárias em relação ao objetivo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, assinalou, precisa fortalecer a aliança que promoverá as reformas necessárias à modernização do país.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, por enquanto a união entre PFL, PSDB e outros partidos é a base da aliança para o sucesso das reformulações que o governo federal pretende concretizar, apesar de existirem, segundo disse, em todos os partidos, pessoas que pensam diferente e não aceitem, "infelizmente", uma aliança completa.

- São diferenças naturais e, muitas vezes, regionais. Se todos quiserem resolver

problemas locais, dificilmente poder-se-á resolver o Brasil como um todo e sempre teremos entraves nas reformulações que pretendemos - disse o presidente da Casa. Ele se referiu às divergências políticas, na Bahia e em São Paulo, entre o PFL e o PSDB, mas salientou que está aberto a conversações, principalmente no seu estado, "onde muitas dessas lideranças divergentes são oriundas de Antonio Carlos Magalhães".



Antonio Carlos: divergências são uma questão secundária

REFORMAS



A reestruturação da Previdência proposta pelo governo incorre no erro de estar sendo feita "por pessoas que conhecem profundamente o modelo atual". É o que afirma Geraldo Melo, enquanto Bernardo Cabral defende a paridade de direitos entre os servidores da ativa e os aposentados



Geraldo Melo discorda da versão de que o sistema previdenciário tenha-se tornado vítima da corrupção

Melo: pessoas valem mais que o Estado

Ao tecer comentários sobre a reforma da Previdência pretendida pelo governo, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou sexta-feira que, antes de tudo, é necessário decidir que Estado os brasileiros querem e como a sociedade deve se organizar, para que o interesse do cidadão seja colocado acima dos interesses do Estado.

O senador lamentou que "o grande defeito do projeto que se está discutindo é a pretensão de reformar a Previdência no seu contexto atual". Ele argumentou que o modelo da Previdência foi concebido, originalmente, dentro de pressupostos atuariais de que a arrecadação geraria um fluxo de valor maior do que o custo dos benefícios. Entretanto, acrescentou, as mudanças ocorridas na sociedade e nos níveis de

expectativa de vida inviabilizaram a Previdência e o seu modelo, tal como foi concebido, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro.

Na opinião de Geraldo Melo, "é injusto atribuir as dificuldades da Previdência Social do Brasil à existência de ladrões, corruptos, funcionários ineficientes, incapacidade ou incompetência: ela não está em dificuldade por um defeito dos brasileiros, mas porque é reflexo de um modelo que está falido".

O senador defendeu a criação de um modelo que não tenha relação com o atual, mantendo-se o princípio da solidariedade, porque "a Previdência é uma questão pública, e não será o mercado que a resolverá". Geraldo Melo entende que a presença do Estado, no setor, é fundamental para garantir o interesse público, inclusive do cidadão, contra

as forças do mercado, mas ela deve ser exercida "com novas referências, novas estruturas, sendo mais presente e levando a justiça e a solidariedade, o que o mercado não faz e nem está na sua obrigação fazer".

Geraldo Melo discursou após o senador Roberto Freire (PPS-PE), que havia proposto um debate sobre a necessidade de a social-democracia brasileira, representada pelo PSDB, apresentar ao país seu modelo de Estado moderno. Ambos concordaram quanto à inevitabilidade da convivência com as forças do mercado, como referência básica das grandes decisões econômicas.

Geraldo Melo, contudo, criticou a importância excessiva que os liberais têm dado ao mercado, "transformando-o num novo super-herói da organização econômica e social do mundo".

Cabral insiste em manter direitos de aposentados

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu sexta-feira a paridade de direitos entre os servidores da ativa e os aposentados, ao afirmar que a Câmara dos Deputados não pode alterar, na reforma administrativa, assunto já decidido na reforma da Previdência. Ele explicou que o direito constitucional à paridade foi mantido quando a Câmara votou a reforma da Previdência, não podendo aquela Casa agora reapreciar o mesmo assunto no bojo de um outro projeto de emenda constitucional.

Uma mesma matéria não pode ser objeto de dois projetos de emenda à Constituição. É vício de origem e essa anomalia poderá ter que ser examinada mais adiante pelo Supremo Tribunal Federal. Eu não posso deixar de fazer esse alerta. E continuo defendendo a paridade - disse o senador.

Relator da Assembleia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral explicou que a essência do artigo 40 da Constituição é assegurar aos servidores aposentados igualdade com os que estão na ativa, a fim de que seus proventos não sejam aviltados. Lembrou que o artigo foi redigido na sua presença e na dos ex-deputados Ulysses Guimarães e Antonio

Carlos Konder Reis, na casa do hoje ministro Paulo Afonso, do Tribunal de Contas da União.

Na ocasião, argumentamos com o fato de que os servidores, depois de anos de trabalho, não poderiam ter seus proventos erodidos. E alertamos também para o artifício usado por muitos governadores, que reduzem os proventos dos aposentados mediante mudança na nomenclatura dos cargos - esclareceu.

Conforme Cabral, "se há uma classe que sofre com a desdita do termo "aposentado" é o cidadão que, não podendo mais trabalhar, se vê curvado a uma inflação que corrói o poder aquisitivo da moeda". Também disse que "uma das balelas que se fala hoje é que a moeda está forte e que os aposentados não precisam se preocupar".

Cabral pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "Iminente Erro na Câmara dos Deputados", assinado no *Diário da Manhã* por Alair Barbosa, consultor aposentado que contribuiu com os trabalhos da Constituinte. Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) posicionou-se a favor da paridade, "para evitar que a médio ou longo prazo os funcionários públicos sejam miserabilizados".



Bernardo Cabral: "Não posso deixar de fazer esse alerta"

Balanço da semana passada revela muita atividade nas comissões permanentes do Senado: 21 matérias foram apreciadas e 11 propostas aprovadas em caráter terminativo. A discussão da reforma da Previdência foi o maior destaque

Comissões tiveram semana cheia

As comissões permanentes do Senado apreciaram nesta semana 21 matérias, com a aprovação de 11 propostas em caráter terminativo. Apesar de debatidas, as outras 10 matérias ainda serão submetidas a votação. O assunto de destaque das comissões foi a discussão do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que altera a Previdência Social. Foram apresentadas cerca de 170 emendas à proposta, as quais estão sendo analisadas pelo relator.

Assuntos Sociais

Os senadores que integram a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciaram na semana nove projetos, aprovando quatro deles. Foi aprovado relatório favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) a projeto que garante indenização previdenciária ao companheiro ou à companheira de pessoa morta em acidente de trabalho. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outro projeto aprovado pela CAS nesta semana inclui a hêmia de disco entre as doenças que permitem aposentadoria por invalidez, quando



A Comissão de Assuntos Sociais apreciou nove projetos na semana, aprovando quatro deles

tratamentos médicos não resolverem o problema. Conforme o autor do projeto, senador Joel de Hollanda (PFL-PE), trata-se de doença extremamente dolorosa, podendo incapacitar o doente para o trabalho. O projeto deverá ser encaminhado diretamente à apreciação dos deputados. A mesma comissão aprovou projeto que obriga os vigilantes de carros-fortes ou de bancos a usarem coletes à prova de balas.

Constituição e Justiça

Além de iniciar a discussão da reforma da Previdência, a CCJ aprovou nesta semana

parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto que cria 35 novas varas na Justiça Federal e outro, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que autoriza o presidente da República a restituir os bens confiscados do ex-deputado Osmar Dutra, cassado pelo regime militar, em 1969. A CCJ aprovou ainda a recondução ao cargo, por mais dois anos, do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou

várias proposições, tendo aprovado parecer do senador Francelino Pereira favorável à rolagem da dívida mobiliária de Minas Gerais que vence nos próximos dias. Foi iniciado debate sobre o contrato entre o governo do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, que, se aprovado, permitirá a privatização do Banerj. O assunto deve ser votado nesta semana. A CAE também debateu, mas ainda não votou, projeto do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras. Este fundo emprestará dinheiro a quem não tem ter-

ras para comprar propriedades de até 30 hectares.

Relações Exteriores

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu um debate sobre as relações Brasil-Argentina, com exposições do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino e outras autoridades. Além disso, aprovou parecer favorável do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) a projeto que define os casos em que o presidente da República pode autorizar a presença temporária de forças militares estrangeiras no país, sem consulta ao Congresso. A CRE aprovou ainda várias mensagens com a indicação de novos embaixadores brasileiros no exterior e acordos internacionais.

CPI dos Precatórios

Por sua vez, a CPI que investiga irregularidades na emissão de títulos estaduais e municipais reuniu-se publicamente por duas vezes na semana passada, quando ouviu o governador de São Paulo, Mário Covas, e o ex-prefeito de Guarulhos Vicentino Papotto. A CPI do Congresso que investiga denúncias de trabalho infantil também se reuniu durante a semana, apreciando relatórios parciais.

Nabor festeja novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) homenageou sexta-feira o ministro Ilmar Galvão, que assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nabor disse que o ministro, "embora seja baiano de nascimento", é uma personalidade ligada ao Acre, desde a década de 60, quando ali chegou para exercer as funções de funcionário do Banco do Brasil.

Depois de chegar à presidência do Banco do Estado do Acre e, na qualidade de juiz, ter sido transferido para uma vara federal em Brasília, foi em reconhecimento aos seus méritos jurídicos que ele foi nomeado, no governo Sarney, ministro do Supremo Tribunal Federal - afirmou o senador.

Nabor Júnior destacou a presença, na solenidade de posse no TSE, dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Maga-

lhães, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, além de ministros de Estado e representantes de tribunais estaduais.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a posse do ministro Ilmar Galvão "dignifica as referências do Acre, num momento em que lamentáveis episódios envolvem políticos do estado".



Nabor Júnior lembrou relação de Ilmar Galvão com o Acre

Senadora considera que, ao estabelecer procedimentos para vistoria dos imóveis rurais, o governo protelará o processo de redistribuição de terras, anulando os avanços como a instituição do rito sumário e o apoio da opinião pública

Marina aponta retrocesso na reforma agrária

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse sexta-feira que as medidas anunciadas pelo governo no último dia 12, modificando a legislação e as normas para a realização da reforma agrária, constituem um retrocesso em relação aos avanços da instituição do rito sumário e do consenso existente na sociedade, favorável ao aprofundamento da reforma agrária.

Para a senadora, o governo forneceu aos latifundiários novos instrumentos protelatórios da reforma agrária e revelou uma clara estratégia de intimidar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). "Pelo governo, dificilmente haverá reforma agrária, creio que há até um endurecimento", disse.

Na medida provisória que fez parte do pacote, acrescentou, o governo "procura garantir a retroatividade para a contestação de valores de desapropriação, quando acima do mercado". O objetivo é deter a sangria de recursos públicos, pois, do total de dotações previstas no Orçamento para a reforma agrária, 31% estão destinados ao pagamento de precatórios, observou.

Segundo Marina Silva, o caráter moralizador enfatizado pelo governo refere-se apenas à medida provisória. No decreto presidencial que a acompanhou, no entanto, "o governo atende aos latifundiários", observou.

Na opinião da senadora, o governo, ao estabelecer procedimentos para vistoria dos



Marina Silva: decreto atende os interesses dos latifundiários

imóveis, protelar, na verdade, a reforma agrária. Por outro lado, ao garantir o direito de impugnação do laudo de vistoria e retirar do processo de reforma agrária terras que tenham sofrido ocupação, o governo, a seu ver, "criará pelo menos duas situações absurdas".

Primeiro, exemplificou, um latifundiário poderá con-

tratar um exército de "sem-nada", promover "uma ocupação de meia tigela" e evitar a desapropriação de suas terras. Outro absurdo do decreto, conforme Marina Silva, é que, por tratar a ocupação como "esbúfalo", "a reforma agrária no Acre e em outros estados da Amazônia será impossível, já que posseiros ocu-

pam todo o território".

Marina Silva destacou também que, politicamente, as medidas podem ser atribuídas a uma dívida do governo para com os ruralistas, assumida com a modificação da lei do rito sumário. Por outro lado, afirmou, "não foi à toa que as medidas foram anunciadas após a esperada condenação de José Rainha". Com grandes falhas processuais e um julgamento "que foi um ato político de intimidação", Rainha foi condenado por ser líder do MST, disse. A própria senadora considerou-se condenada pela Justiça, como também o foram, na sua opinião, todos os defensores da reforma agrária no país.



Carlos Bezerra quer proteger produtor que não tem terra

Bezerra limita prêmio de seguros agrícolas

O prêmio a ser pago pela apólice de seguro agrícola não poderá ser maior que 2% do valor total em operações de crédito rural de investimento e de custeio, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O projeto acrescenta parágrafo único ao artigo que permite a utilização de apólices de seguro como garantia de operações de crédito

rural, especificando a condição do uso desta garantia nas operações.

O senador Carlos Bezerra destacou que "não vigem, no momento, óbices de caráter normativo à aceitação de garantias outras que não a propriedade imobiliária" e afirmou que o projeto tem por objetivo superar a crescente exclusão das operações de crédito rural de todo produtor que não detenha a propriedade da terra que trabalha.

Prefeitos nordestinos pedem a Ronaldo atendimento social

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), recebeu em seu gabinete uma comitiva de dez prefeitos do Nordeste, que reivindicaram participação de suas cidades no programa Comunidade Solidária. Segundo ele, esses municípios,

da região semi-árida do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, com população acima de 150 mil habitantes, possuem uma população carente e, por isso, ajustam-se ao programa.

Ronaldo Cunha Lima informou que foi decidida na reunião a elaboração de um documento, a ser enviado ao presidente da República, pedin-



Ronaldo levará a FHC pedido para que Comunidade Solidária expanda sua atuação

do a inclusão dessas cidades no Comunidade Solidária. "Creio na sensibilidade política do presidente. Afinal, os prefeitos buscam integração a um programa do próprio governo", disse.

De acordo com o senador, os prefeitos apelam para que suas cidades possam receber os mesmos benefícios do programa dados às capitais do

Nordeste. A seu ver, os municípios mais pobres estão passando por dificuldades com a diminuição da sua arrecadação e também com a redução de 22% no Fundo de Participação dos Municípios, "penalizando uma região com problemas sérios na área social e que merece um tratamento diferenciado do governo federal".

A chegada de multinacionais que exploram madeiras pode provocar a mesma devastação que ocorreu em algumas regiões do sudeste asiático. Isso preocupa senador, pois o Ibama "não tem capacidade de fazer o monitoramento desses projetos"

Jefferson teme desastre ecológico na Amazônia

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) advertiu sexta-feira que o país precisa ter muita cautela com a chegada de multinacionais que exploram madeira e tomar providências que evitem, na Amazônia, "o desastre ecológico que essas madeiras provocaram em algumas regiões do sudeste asiático".

Jefferson Peres fez questão de esclarecer que a sua atitude não traz "nenhum sentimento de xenofobia", pois reconhece a necessidade do capital estrangeiro no processo de globalização. A seu ver, entretanto, a inserção do Brasil no mercado mundial não pode ser feita sem os cuidados que preservem os interesses nacionais.

Na opinião do senador, o



Jefferson prevê, com a destruição das matas ciliares da Amazônia, enchentes devastadoras na região

Ibama embora "jure que essas empresas terão que cumprir planos de manejo florestal, não tem capacidade de fazer o monitoramento desses projetos, em razão da escassez de recursos humanos

com que conta. "Uma dessas madeiras adquiriu há dois anos uma reserva de mais de um milhão de hectares, uma área do tamanho de um país como o Líbano", explicou.

Conforme Jefferson Peres, se ocorrer a destruição de grande parte da mata ciliar protetora das margens dos rios da região, a Amazônia conhecerá as mesmas enchentes destruidoras que

afetam outras regiões do país. "O manejo florestal na Amazônia é algo que precisa ser testado com experiências que ainda não foram feitas. Não se sabe se o manejo adotado em outras regiões do globo será adequado para a Amazônia", afirmou.

O senador louvou a atitude adotada pela Câmara de prorrogar os trabalhos da comissão que trata do assunto e sugeriu que também o Senado crie uma subcomissão para fiscalizar a implantação e a atuação dessas madeiras na Amazônia. Ele considerou preocupante a posição adotada pelo governo na reunião de Harare, no Zimbábue, quando o Brasil "se absteve de votar e permitiu que fosse rejeitada a proibição de extração do mogno".

Jonas quer pressa em projeto que subsidia borracha

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez um apelo aos senadores para que apreciem, em regime de urgência, projeto de lei do Executivo que autoriza o governo a conceder aos produtores de borracha, pelo prazo de oito anos, subvenção econômica correspondente à diferença entre os preços de referência das borrachas naturais e os dos produtos congêneres no mercado internacional. Essa subvenção temporária visa a assegurar aos produtores as condições necessárias ao gradativo ajuste do setor às novas condições de mercado.

O projeto está tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados, e será encaminhado em seguida ao Senado. Jonas Pinheiro quer que a matéria seja apreciada pelos sena-

dores até o final de junho, ou, se isso não for possível, que ela seja incluída na pauta da convocação extraordinária do Congresso.

O presidente da sessão, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), informou que a Mesa acolhia com todo interesse o apelo do orador, e que o Senado aguardará a chegada do projeto para dar-lhe o tratamento reivindicado por Jonas Pinheiro. Quanto à convocação extraordinária, o presidente lembrou que a pauta é feita pelo Executivo, mas disse que nada impede que o Congresso sugira a inclusão de determinadas proposições - o que fará em relação ao projeto que concede subvenção econômica aos produtores da borracha.

Ao justificar o apelo, Jonas Pinheiro disse que o setor de produção de borracha natu-



Jonas Pinheiro: subvenção temporária tem objetivo de conceder um prazo para o ajuste do setor

ral no Brasil vem passando por um período de crise, em decorrência, entre outros fatores, da forte concorrência de produtos do sudeste asiático, que recebem, na origem, elevados subsídios diretos e indiretos. Jonas Pinheiro acrescentou que, ape-

sar de os produtores nacionais de borracha de cultivo estarem aumentando a sua produção, a participação do extrativismo tem diminuído, o que vem gerando "uma profunda crise social no segmento extrativista na região Norte, deixando os serin-

gueiros em situação de penúria".

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) apoiaram, em apartes, o pronunciamento de Jonas Pinheiro.